



## **A hipótese da codificação negociada: sobre a (im)provável orientação crítica da programação da rede globo de televisão**

Vantiê Clínio Carvalho de Oliveira

### **RESUMO**

O artigo propõe analisar alguns programas da Rede Globo de Televisão, sob a perspectiva da ontologia do real de Kosik (1976), propondo a hipótese da codificação negociada como possibilidade interpretativa da função política de tais programas. Diante da novidade na programação da referida rede, enfocando realidades das classes populares brasileiras (antes sistematicamente retiradas do foco desta emissora de TV), questiona-se: estaria a TV Globo adotando, em contradição com toda a sua história anterior, uma postura mais crítica ante à realidade da sociedade brasileira? A resposta aqui sugerida: aparentemente sim, essencialmente, não.

**Palavras-chave:** Rede Globo de Televisão; Mídia; Luta de Classes.

## 1- INTRODUÇÃO

A Rede Globo de Televisão, a mais poderosa rede de TV do Brasil – líder em audiência neste país, apesar de vir enfrentando ameaças reais a essa liderança – é uma das maiores do mundo que, inclusive, a partir do século XXI passou a ter abrangência internacional, alcançando países em praticamente todos os continentes. Foi criada na década de 60, do século XX, durante a ditadura civil-militar brasileira, pelo jornalista Roberto Marinho. Sempre teve sua história marcada pela adoção dos pontos de vista das classes dominantes (inicialmente, pela defesa da ditadura sob e através da qual surgiu). Para exemplificar o que acabamos de dizer, citamos, pelo menos, um dos segmentos da sua programação, a sua teledramaturgia, que, tradicionalmente, sempre apresentou tramas que se passavam predominantemente entre personagens de classe média e alta, provocando, muitas vezes, naqueles que têm uma visão crítica da realidade brasileira, a seguinte indagação: que país é este onde se passam essas novelas?

Porém, há pouco mais de uma década, a programação da Globo vem apresentando interessantes modificações neste aspecto, tais como a veiculação de telenovelas que abordam temas, como a pobreza e a discriminação; programas humorísticos que põem “na sua mira”, inclusive, políticos representantes dos interesses das classes dominantes; programas especiais, ou documentários que abordam as condições de vida dos brasileiros miseráveis, concedendo-lhes mais espaços de voz, inclusive.

Um dos momentos mais significativos, a partir dessas mudanças de enfoque na sua programação, foi a exibição, no primeiro semestre de 2006, numa das edições do seu tradicional programa de variedades, o “Fantástico”, líder de audiência nos domingos à noite, do documentário intitulado “Falcão, Meninos do Tráfico”, o qual foi concebido e realizado pelos *rappers* M.V. Bill e Tayde, militantes da organização popular Central Única das Favelas, “CUFA”, com a finalidade de registrar a realidade dos jovens envolvidos com o narcotráfico (a partir das suas próprias) em periferias de várias cidades e regiões do Brasil.

As referidas mudanças, obviamente, nos levam a fazer a seguinte questão: estaria a Rede Globo deixando de ser um veículo midiático a serviço (exclusivamente) dos

interesses das classes dominantes brasileiras e se tornando um veículo a serviço de uma compreensão crítica da (trágica) realidade dessa sociedade e, quiçá, um veículo potencializador da emancipação dos setores historicamente marginalizados dessa mesma sociedade?

Para elaborar a nossa hipótese de trabalho, que visa sugerir uma resposta a esta questão, tomaremos como base epistemológica a ontologia do real de Kosik (1976), o qual propõe que uma compreensão crítica e emancipatória da realidade só se dá pela via da superação da “pseudoconcreticidade” – dimensão fenomênica (aparente) da realidade, nível onde se situam as visões de mundo comuns e que assume o falso aspecto de naturalidade – e pela respectiva compreensão da concreticidade – dimensão substancial (essencial/fundante) da realidade, caracterizada pela estrutura que a fundamenta e a qual não se pode compreender sem um certo esforço reflexivo.

Afirmamos, ainda, embasados em Kosik, que essa dimensão estrutural da realidade social brasileira, como é o caso de toda sociedade capitalista, em que pesem todas as especificidades culturais, históricas, sociais, regionais *etc.*, que fazem desse caso um fenômeno singular – o capitalismo brasileiro – mas não “dissociado” dessa estrutura fundante comum, é caracterizada pela divisão da sociedade em classes (fundamentalmente: burguesia e proletariado) e pela exploração do trabalho do proletariado por parte da burguesia, com vistas ao acúmulo de capital. Claro que no caso do Brasil, como já foi dito, especificidades, como a sua origem escravagista-patriarcal, sua industrialização tardia, uma certa tacanhez das elites *etc.*, fazem da sociedade capitalista brasileira um caso singular, com todos os seus problemas, preconceitos como: contra índios, negros, mulheres, pobres, nordestinos *etc.*; desigualdades sociais e regionais alarmantes; resistência a processos de ajustes socioestruturais, como a reforma agrária (inclusive, já realizados historicamente por países capitalistas mais avançados).

Ainda, na elaboração da referida hipótese, faremos inferências com base na tese dos três modos de decodificação de mensagens, de Stuart Hall (2003), para sugerir, a partir do que foi dito acima, a idéia de que a TV Globo vem assumindo em sua programação, ao invés de uma orientação crítica-emancipatória, uma forma discursiva caracterizável como codificação negociada onde, ao incorporar elementos potencialmente críticos, os assimila e transforma, modificando a sua conotação, o seu possível sentido maior, pela via da

associação destes com elementos discursivos atenuadores, virtualmente neutralizadores do seu potencial de radicalidade crítica, no sentido de ir à raiz da questão, qual seja, desvelar a estrutura da realidade social brasileira.

Também, insinuamos aqui que a mudança de enfoque na programação da empresa televisiva, em discussão, se deve a uma adequação desta a demandas postas pelas novas configurações da sociedade civil organizada no Brasil.

Antes, porém, de podermos elencar os indícios que nos servem de base para a proposição da nossa hipótese da codificação negociada, como fundamentação para uma possível resposta ao nosso questionamento sobre a Globo, devemos fazer uma breve explanação sobre o Brasil contemporâneo, bem como sobre a tese dos três modos de decodificação, de Stuart Hall.

## **2 - O BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Antes de tratarmos da contemporaneidade brasileira se faz mister tratarmos da contemporaneidade em nível mundial.

Segundo Harvey (1992), desde o início dos anos 70 do século XX, o capitalismo mundial vem passando por modificações ocasionadas pela crise do modelo fordista de produção, o qual, pela sua rigidez centralizadora, gerava dificuldades para o giro do capital, bem como potencializava crises de superprodução. A subsequente reestruturação do capital pela via da adoção de novas tecnologias e novas técnicas de trabalho, que propiciaram uma flexibilização, o que significa também terceirização, subcontratação, redução de empregos formais, e descentralização da produção, inclusive, com as freqüentes transferências dos locais de sede das empresas, sem precedentes, cujo objetivo é acelerar o máximo possível o tempo de giro do capital. Este processo inaugurou a fase de acumulação flexível do capital.

Segundo esta tendência de aceleração do tempo de giro do capital, a produção de bens perdeu o seu clássico lugar de proeminência para a produção de serviços, tais como os de saúde, entretenimento, educação etc., haja vista que este tipo de produto, virtualmente, não acumula estoque. Nesta linha, a produção de imagens se tornou um campo produtivo importantíssimo para o capital, pelo fato de que estas comportam a possibilidade de serem consumidas praticamente no mesmo instante em que são produzidas; daí, diga-se de

passagem, a importância das mídias televisivas para a produção e reprodução do capital na contemporaneidade.

Todo este processo gerou um fenômeno que Harvey denomina de compressão tempo-espço, caracterizado, como o próprio termo sugere, por um verdadeiro estreitamento das suas fronteiras espaço-temporais, gerado pela aceleração dos processos econômicos-sociais.

Esta realidade altamente dinâmica e mutável, onde se tem a sensação de que “tudo que é sólido desmancha no ar”, gera nas pessoas reações que vão desde um certo “alheamento”, a “atitude blasé” (Simmel, apud Harvey, 1992), até à busca de alguma sensação de estabilidade, através de figuras e instituições que representem valores tradicionais, tais como políticos e instituições religiosas, por exemplo.

Castells (1999) analisa a formação da sociedade em rede na contemporaneidade, fenômeno conseqüente ao desenvolvimento das novas tecnologias informacionais, as quais possibilitaram uma conexão em nível global entre as sociedades capitalistas, numa rede de fluxos de informações, em geral, e de capitais, em especial, em tempo real. Daí, aponta fenômeno análogo ao que acabou de ser descrito, ao afirmar que a referida formação de redes em nível global gera, nas pessoas e/ou grupos, uma reação caracterizada pela busca de afirmação do ser, ante a rede, através do resgate de identidades primeiras, tais como os fundamentalismos religiosos e as origens étnicas.

No Brasil, após o período de ditadura militar (1964-1985), desde a chamada redemocratização, alguns governos de orientação neoliberal (Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso) iniciaram um processo de abertura de mercados, de redução do Estado, de desregulamentação da economia, enfim, de consolidação da inserção do país na chamada “Nova Ordem Mundial” (a da acumulação flexível do capital globalizado). Verifica-se, neste período, o agravamento de problemas sociais, na já alarmante realidade deste país, tais como: aprofundamento das desigualdades sociais, aumento do desemprego, fragilização e refluxo do sindicalismo etc.

Concomitantemente, novas formas de organização e de atuação da sociedade civil vêm se consolidando e multiplicando, tais como as organizações não-governamentais (ONG) e as lutas que Fraser (2001) denomina de “lutas por reconhecimento” das identidades

de gênero, de etnia, de orientação sexual etc., como virtuais sucedâneas das “lutas por redistribuição” (de riquezas).

Neste momento, o povo brasileiro experimenta, pela primeira vez na sua história, um primeiro mandato de um governo vinculado a um partido surgido no seio da luta sindical e de oposição à ditadura militar, o Partido dos Trabalhadores (PT), cujo Presidente da República, o ex-militante sindical Luís Inácio da Silva (o “Lula”) enfrenta duras críticas e acusações de omissão ante esquemas de corrupção verificados no seio deste governo.

### **3 - A TESE DE STUART HALL**

Stuart Hall (2003), no texto intitulado Codificação/Decodificação (*in* Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais), critica os estudos clássicos sobre comunicação por basearem-se no esquema linear emissor/mensagem/receptor. Afirma que este não consegue dar conta do problema dos “mal entendidos” na ponta da recepção, por tratar estes processos, em termos de uma cadeia comportamental linear (estímulo/resposta), desconsiderando, assim, a complexidade de cada momento distinto da cadeia comunicativa, apesar de estarem estes articulados numa estrutura comum. Propõe, então, analisar os processos comunicativos como processos produtivos, nos termos marxianos; produção, circulação, distribuição, consumo, reprodução.

Assim, partindo da idéia de que toda comunicação se faz no âmbito da linguagem, condicionada às suas regras, Hall analisa o momento da produção de mensagens como sendo composto por meios (instrumentos) e relações sociais de produção, as quais são permeadas pelas idéias e sentidos discursivos próprios daqueles ali envolvidos. Porém, este não é um momento fechado em si mesmo. Sendo a recepção o momento onde a comunicação se realiza, onde a mensagem é consumida de forma ativa e não passiva, os receptores são, ao mesmo tempo, também produtores da mensagem, visto que, inclusive, embora o momento da produção seja predominante, porque é o ponto de partida para a concretização da mensagem, esta é elaborada levando-se em consideração, também, suposições sobre a audiência.

Todo evento, para ser comunicado, deve assumir uma forma discursiva, se tornar uma narrativa, pela via da manipulação de signos, códigos e significações, idéias e

sentidos que o “traduzam” nos marcos da linguagem (sem, contudo, subordinar até ao apagamento o evento histórico significado). Portanto, a “forma-mensagem” é a necessária “forma de aparência” do evento na sua passagem para o receptor (HALL, 2003).

Num determinado momento, a estrutura produz a mensagem empregando códigos através de meios materiais e relações sociais; noutro, a mensagem desemboca no meio receptor, o qual, utilizando códigos para decodificá-la, também está condicionado por fatores econômicos e sociais. Portanto, o processo comunicativo não é tão simples e linear quanto um processo estímulo/resposta, existindo aí uma relativa autonomia entre os momentos distintos.

Segundo Hall, os mal-entendidos nas comunicações se dão quando não existe equivalência entre os códigos empregados pelo emissor e o receptor, o que tem relação com diferenças estruturais e de posição entre transmissores e audiência.

O autor nos lembra que o signo televisivo é complexo, sendo constituído por um discurso visual e um auditivo e, ainda, que o signo visual seja icônico, isto é, possua algumas propriedades da coisa representada, tende, por isso, a ser mais “naturalizado”, a ocultar mais fortemente, em relação ao signo lingüístico, por exemplo, o seu carácter convencional e arbitrário.

Desse modo, passando, então, a discutir os aspectos conotativo e denotativo dos signos (sendo este caracterizado como o sentido literal e aquele como os sentidos associados ao signo), afirma que esta distinção é válida apenas para efeitos analíticos pois, em um discurso emitido de fato, a maioria dos signos combina seus aspectos conotativo e denotativo. Acrescenta que, apesar de ser no nível conotativo onde se pode ver mais claramente a intervenção ativa da ideologia dentro do discurso, pela atribuição de novas ênfases e pela disputa pelos sentidos nos signos, o que seria, nos termos de Volchínov (*apud* HALL, 2003), “a luta de classes na linguagem”, esta (a ideologia) também está presente no nível denotativo, exatamente pelo seu carácter de fixação, de “naturalização”, do sentido arbitrário do signo.

O nível de conotação de um signo visual é associado à sua referência contextual, ao seu posicionamento em diferentes campos de sentido e associação e é

justamente onde os signos já codificados se interseccionam com os códigos semânticos profundos de uma cultura e, assim, assumem dimensões ideológicas adicionais e mais ativas.

Citando Hall,

no exemplo de Barthes, o suéter sempre significa “uma vestimenta quente” (denotação) e, portanto, a atitude/valor de “manter-se aquecido”. Mas é também possível, em níveis mais conotativos, significar “a chegada do inverno” ou “um dia frio”. E, nos subcódigos especializados da moda, o suéter pode conotar também um estilo em voga na **haute couture** ou, alternativamente, um estilo informal de se vestir. Mas, colocado contra o fundo visual correto e posicionado pelo subcódigo romântico, pode conotar “longa caminhada de outono no bosque”. Códigos dessa ordem claramente estabelecem relações para o signo com o universo mais amplo das ideologias em uma sociedade. Esses códigos são os meios pelos quais o poder e a ideologia são levados a significar em discursos específicos. Eles remetem os signos aos “mapas de sentido” dentro dos quais qualquer cultura é classificada; e esses “mapas da realidade social” contêm “inscritos” toda uma série de significados sociais, práticas e usos, poder e interesse. (HALL, 2003, p.396, grifos do autor).

Os códigos conotativos não são iguais entre si. Os referidos “mapas de sentido”, que estabelecem em cada cultura, não de maneira unívoca nem incontestável, os seus sentidos dominantes da vida social, cultural e política, constituem domínios discursivos hierarquicamente organizados, onde as diferentes áreas da vida social parecem ser dispostas, através de sentidos preferenciais.

Dizemos **dominante** e não “determinado”, porque sempre é possível ordenar, classificar, atribuir e decodificar um acontecimento dentro de mais de um mapeamento(...)Por isso, para esclarecer um “mal-entendido” em relação ao nível conotativo, devemos nos referir (**através** de códigos), às ordenações da vida social, do poder político e econômico e da ideologia.(...) (HALL, 2003, p.397, grifos do autor).

Ainda,



ao falarmos em **sentidos dominantes**, então, não estamos nos referindo a um processo de mão única, que governa a forma como todos os acontecimentos serão significados. Esse processo consiste no trabalho necessário para fazer cumprir, conquistar plausibilidade para exigir legitimamente a uma **decodificação** do evento dentro do limite das definições dominantes das quais esse evento tem sido significado conotativamente. (HALL, 2003, pp. 397-398, grifos do autor).

Analisando, ainda, a televisão, agora especificamente quanto à distinção entre objetividade e subjetividade, Hall discorda da idéia de que o referente de um discurso televisivo seja um fato objetivo, em contraposição ao nível interpretativo, como se esse fosse um assunto individual e particular, afirmando que o caso parece ser o contrário:

A prática televisiva assume responsabilidade “objetiva” (isto é, sistêmica) precisamente pelas relações que os signos distintos estabelecem uns com os outros em qualquer ocorrência discursiva e, por isso, essa prática continuamente rearranja, delimita e prescreve em qual “consciência de todo o ambiente” esses itens estão organizados. (HALL, 2003, p.398, grifos do autor).

O autor critica a teoria da “percepção seletiva”, afirmando que esta (a percepção) “quase nunca é tão seletiva, aleatória ou privatizada quanto o conceito sugere” pois, os padrões (culturais) “exigem agrupamentos significativos ao longo das variantes individuais”. (HALL, 2003)

Passa, então, a expor a hipótese dos três modos de decodificação de mensagens (pela audiência), a saber:

Quando um telespectador se apropria do sentido conotado de um programa televisivo qualquer, de forma direta e integral, e decodifica a mensagem nos termos do código referencial no qual ela foi codificada, o mesmo está operando dentro do código dominante. Este é o modo de decodificação nos termos da posição hegemônica dominante.

Neste ponto, Stuart Hall faz uma crítica aos chamados códigos profissionais, aparentemente neutros, objetivos, afirmando que estes, ao não inclinarem abertamente suas operações em uma direção dominante, servem, especificamente por isso, para reproduzir definições hegemônicas, sendo que a reprodução ideológica acontece aqui, portanto, inadvertida e inconscientemente, “pelos costas dos homens”.

O segundo modo de decodificação é o modo negociado:

Decodificar, dentro da **versão negociada**, contém uma mistura de elementos de adaptação e de oposição: reconhece a legitimidade das definições hegemônicas para produzir as grandes significações (abstratas), ao passo que, em um nível mais restrito, situacional (localizado), faz suas próprias regras- funciona com as exceções à regra. Confere posição privilegiada às definições dominantes dos acontecimentos, enquanto se reserva o direito de fazer uma aplicação mais negociada às “condições locais” e às suas próprias posições **mais corporativas**. Essa versão negociada da ideologia dominante está, portanto, atravessada por contradições, apesar de que isso só se torna visível em algumas ocasiões. (HALL, 2003, pp. 401-402, grifos do autor).

O autor sugere que a grande maioria dos “mal-entendidos”, das chamadas “falhas na comunicação”, surge das contradições e desencontros entre codificações hegemônicas/dominantes e decodificações negociadas corporativamente.

Finalmente, um telespectador pode, entendendo perfeitamente tanto a inflexão conotativa quanto a literal conferida a um discurso, decodificar a mensagem, adversamente e ao mesmo tempo, de uma maneira globalmente contrária, destotalizando a mensagem no código preferencial para retotalizá-la dentro de algum referencial alternativo. “Esse é o caso do telespectador que ouve um debate sobre a necessidade de limitar salários, mas ‘lê’ cada menção ao ‘interesse nacional’ como ‘interesse de classe’. Ele ou ela está operando com o que chamamos de código de oposição.” (HALL, 2003, p.402, grifos do autor).

#### 4 - CODIFICAÇÃO NEGOCIADA

Neste ponto da discussão, estamos aptos a desenvolver mais claramente a “hipótese da codificação negociada”, a qual propomos como possível abordagem para responder à questão sugerida no início deste ensaio, que é: estará a Rede Globo deixando de ser um veículo midiático a serviço (exclusivamente) das classes dominantes brasileiras e se tornando um veículo de uma compreensão crítica da (trágica) realidade social deste país, potencializando, assim, a emancipação dos setores historicamente marginalizados dessa sociedade?

De saída, lembramos ao leitor que a referida hipótese trata-se de uma inferência que fazemos a partir dos três modos hipotéticos de decodificação de Hall, anteriormente desenvolvidos.

A nossa inferência vai no sentido de que, se no momento da recepção, nos processos comunicativos, é possível ocorrer uma forma de decodificação consoante ao código hegemônico/dominantes, uma forma negociada ou uma decodificação segundo um código de oposição, então, no momento da produção da mensagem, da sua elaboração, deve ser possível ocorrer qualquer das três “configurações” de códigos: uma completamente de acordo com o código hegemônico/dominante, outra negociada e, ainda, uma codificação segundo um código de oposição.

Conforme a conclusão, fica evidente que cada um desses três modos de codificação exibe uma “lógica” correspondente à “lógica” de cada um dos três modos de decodificação – sendo que aqueles no momento da produção e estes no momento da recepção da mensagem –, afirmarmos parafraseando Stuart Hall que a codificação, dentro da versão negociada, contém uma mistura de elementos de adaptação e de oposição: reconhece a legitimidade das definições hegemônicas para produzir as grandes significações (abstratas), ao passo que, em um nível mais restrito, situacional (localizado), faz suas próprias regras – funciona com as exceções à regra.

Faremos, em seguida, uma breve análise de três programas da Rede Globo, como forma de demonstrar a pertinência da aplicação da hipótese da codificação negociada (a título de sugerir respostas à nossa questão inicial), como possível instrumento elucidativo da “natureza” das mensagens veiculadas pela rede de TV, em pauta, nesta sua “nova fase”.

## 5 - A PROGRAMAÇÃO DA GLOBO

Passaremos agora a descrever as características de alguns programas da Rede Globo – que parecem adotar uma orientação mais crítica em relação à realidade social brasileira –, especificamente situados dentro dos segmentos de “programas especiais”, da “teledramaturgia” e do “humor”, nos atendo a alguns programas específicos de cada segmento, como forma de demarcar um recorte viabilizador da análise, para os limites deste trabalho.

No segmento de “programas especiais”, traremos à baila, para a nossa análise, o programa intitulado “Central da Periferia”. Este programa, que traz na sua ficha técnica o nome do sociólogo Hermano Viana, conhecido por seus estudos sobre população pobre no Brasil, e é apresentado pela atriz e humorista Regina Casé, passou a ser exibido neste ano de 2006, curiosamente, após a veiculação do já referido vídeo “Falcão, Meninos do Tráfico”. Seu tema, como o próprio nome evidencia, é a vida nas periferias do Brasil. Indo, a cada programa, a um bairro de periferia de uma cidade em região diferente, Regina Casé explora alguns aspectos do bairro, tais como sua história, suas tradições culturais, moradores destacados *etc.*, pondo em evidência ações sociais ali realizadas, tal como trabalhos realizados por Organizações Não Governamentais, e/ou voluntariados, apresentando exemplos de pessoas que superaram as difíceis condições econômicas e sociais, próprias das periferias, pela via do seu esforço e/ou talento. Tudo “embalado” por shows, realizadas em palcos montados nos próprios bairros, com participação de artistas (a maioria famosos) com estilos musicais oriundos da região em foco e tidos como “populares”, tais como cantores e grupos de “pagode”, de “axé”, de “brega” *etc.*

Na teledramaturgia, destacaremos a novela que ocupa o horário nobre (20 horas) no momento, “Páginas da Vida”. Nesta novela, verificamos uma grande variedade de tipos humanos personificados, tais como um homem casado que não se satisfaz com uma mulher apenas; um casal cuja tranqüila e duradoura união de décadas só chegou ao fim com a morte da mulher; uma mãe que leva a filha pequena a adoecer de bulimia devido a excessos de regramentos na sua alimentação; uma “mãe má” que rejeita a filha adolescente grávida; uma “freira má” que administra um hospital católico; e por aí afora... Quanto ao lugar da crítica socioeconômica, este é ocupado pela filha da empregada de uma família rica que se apaixona por um dos filhos dos seus patrões (ambos foram criados praticamente juntos), por

um fotógrafo cuja temática da sua obra é a miséria no Brasil, bem como por um médico idealista que vai à África atuar como voluntário em países dizimados pela guerra, fome e AIDS. Ao final de cada capítulo, “Páginas da Vida” apresenta algum depoimento real de pessoa comum, tratando de fato ou período da sua vida que, de alguma maneira, seja correlacionado com os temas abordados pela novela.

No segmento do humor, trataremos do programa semanal “Casseta & Planeta”. Sendo hoje um dos programas de humor exibidos pela Globo, a “turma do Casseta” tem tradição de fazer um humor *no sense*, com cenários transparecendo precariedade e improvisação, abordando tanto aspectos políticos, sociais e econômicos da realidade brasileira, como satirizando a própria programação da rede Globo. Esteja à direita ou à esquerda, acima ou abaixo, tudo cai na vala comum do humor desses sátiros.

## 6 - ANÁLISE DOS PROGRAMAS

O primeiro programa descrito, “Central da Periferia”, apresenta, já no próprio nome, a proposta de dar vez e voz à população pobre. E o faz. Regina Casé, em uma das edições do programa, gravada no bairro de “Peri Peri”, na cidade de Salvador/BA, ao apresentar algumas moças vencedoras de um concurso de beleza negra promovido por uma Organização Não Governamental, chegou a falar em termos de contraposição de uma estética popular a uma estética “dos poderosos”. Porém, o contexto geral do programa, apresentando sempre casos de pessoas que superaram condições socioeconômicas difíceis através de seus esforços e talentos, mesmo quando associadas em ONG’s, bem como sendo sempre o programa “embalado” por espetáculos musicais de artistas populares, tende a provocar um efeito “global” (conotar) na mensagem produzida, que atua, não no sentido de desenvolver a consciência crítica das classes populares para os processos de exploração a que estas estão historicamente subordinadas, mas, sim, no sentido de reforçar conteúdos culturais presentes no senso comum (pseudoconcreticidade), sintetizáveis pelo seguinte ditado: “Quem ‘é bom’ e ‘batalhador’, tendo ‘oportunidade’, sempre ‘vence na vida’”.

O segundo programa “elencado”, a novela “Páginas da Vida”, com toda a sua diversidade de situações vividas pelas suas personagens, diversidade essa inclusive “corroborada” por depoimentos reais veiculados ao final de cada capítulo, parece exibir um

alto grau de fidelidade no que tange à correspondência dos seus “cenários sociais”, em relação à realidade. Essa fidelidade tende a se estender, obviamente, às denúncias das mazelas sociais, captadas pelas lentes da personagem fotógrafo, por exemplo. Porém, mais uma vez, o contexto geral da novela, com toda a sua diversidade de situações e personalidades, tende a provocar um efeito “global” (conotar) na mensagem produzida, que atua no sentido de reforçar a idéia própria do senso comum (pseudoconcreticidade) de que “a vida é assim mesmo, ninguém é igual. A desigualdade é natural”. Portanto, a desigualdade social também é natural. Coisas da vida.

Enfim, o programa de humor. Ao disparar a sua metralhadora de sátiras contra tudo e contra todos (mesmo contra a própria Globo, satirizando, inclusive, neste momento, o acinte que representa o alto padrão de vida da maioria das personagens da novela “Páginas da Vida”, em relação à realidade vivida pela maioria do povo brasileiro), a “turma do Casseta” parece demonstrar uma grande autonomia de pensamento. Porém, mesmo fazendo denúncias bem humoradas das mazelas sociais, quando esses “sátiros” lançam na vala comum do humor, sob “enfoques personalizantes” homogeneizadores, inclusive, políticos tanto de esquerda quanto de direita, desqualificam o debate político, lançando para o segundo plano as diferenças existentes entre projetos político-partidários – com seus correlatos interesses de classes – e imprimindo no sentido “global” (conotando) de suas mensagens um efeito de reforço à idéia comum no Brasil (pseudoconcreticidade) de que “não importa o partido, mas sim, a pessoa”.

## **7 - A TÍTULO DE CONCLUSÕES**

A partir da análise acima, cremos ter elementos razoáveis para embasar a nossa proposta de adoção da “hipótese da codificação negociada”, como instrumento de análise passível de elucidar o caráter dos “discursos” produzidos pela TV Globo, que vimos denominando de “sua nova fase”.

As características dos três programas analisados são tais que, ao mesmo tempo apresentam elementos pretensamente críticos da realidade social brasileira, dando vez e voz aos segmentos marginalizados da população, expondo o problema da miséria, ridicularizando a “classe política”. Esses elementos compõem um contexto, pois estão associados a

exemplos de superação da miséria pela via do esforço e do talento, a exemplos de diversidade/variedade de situações humanas, ao embotamento da compreensão dos interesses de classe envolvidos no jogo político. Isso imprime um sentido “global” aos “discursos” por eles produzidos, que se caracteriza não pelo desvelamento da “estrutura” (os mecanismos de exploração, historicamente construídos pelas elites, sobre as classes subalternizadas) da sociedade brasileira, mas sim pelo reforço aos “mapas de sentidos dominantes”. A “miséria se resolve com trabalho, talento e oportunidades”; “a desigualdade social é algo natural”; “na política, os partidos não fazem diferença, mas sim as pessoas”, que ordenam a vida social, política e econômica no Brasil, de acordo com os interesses das classes privilegiadas. Para nós, trata-se aqui de um trabalho de assimilação restrita (localizada) de elementos discursivos de oposição mas, apenas com o fim de, ao associá-los com elementos discursivos hegemônicos, produzir um efeito de “sentido último” que atua na direção de legitimar as visões de mundo dominantes (dos grupos dominantes). Ou seja: estamos diante de uma “codificação negociada”.

Mas por que, perguntaria o leitor, sendo a Globo tão poderosa e, também, historicamente, alinhada aos interesses dos grupos dominantes no Brasil, tem feito tais “concessões” a elementos discursivos potencialmente críticos do *establishment*?

Respondemos a essa questão, como já sugerimos anteriormente, afirmando que, mesmo com todo o seu poder, a Globo (como de resto nenhum veículo de comunicação) não pode se manter alheia à realidade brasileira, sob pena de cair no descrédito. E, na realidade da atual sociedade brasileira, como já foi dito, as novas formas de organização e de lutas sociais (as ONGs, por exemplo) têm atuado com um certo êxito, no sentido de disseminar, promover e consolidar “novas” pautas de discussão sobre a sociedade brasileira, tais como as questões da condição do negro, da mulher, dos “excluídos” em geral. E a Globo, obviamente, não pode fazer “vistas grossas” a isto.

Reconhecemos, porém, que essa novidade “fenomênica”, mas não “essencial” da “mudança de enfoque” na programação da rede de televisão em pauta, pode trazer conseqüências interessantes do ponto de vista da promoção de compreensões críticas da realidade social brasileira.

Se, como nos demonstra Stuart Hall, os processos de comunicação não são processos lineares (emissor/mensagem/receptor), traduzíveis em termos

comportamentalistas, como processos mecânicos de estímulo/resposta, ou seja, se o receptor ocupa um lugar ativo tanto no consumo quanto na produção da mensagem, como acabamos de sugerir, de modo que este “decodifica” a mensagem recebida, inclusive, em alguns casos, então, em termos de códigos de oposição, a “visibilidade” dos problemas da sociedade brasileira, “permitida” pelo trabalho de negociação de códigos aqui verificado, poderá atuar no sentido de “sensibilizar” alguns telespectadores para que busquem uma compreensão crítica, de fato, no que concerne a esta realidade. Obviamente, o que poderia potencializar a concretização desta “possibilidade marginal” contida nas mensagens da referida TV, seria um trabalho, por parte de agentes culturais críticos, de disseminação massiva de “códigos de oposição” críticos (“a luta de classes na linguagem”, lembram?). Ou seja: onde está sugerido que a miséria pode ser superada com trabalho, diga-se que esta só será superada, em escala social, com o fim do “acúmulo de riquezas” em nível global (lucro); onde está sugerido que as desigualdades sociais são naturais, diga-se que elas são o resultado de relações históricas entre os homens e que, como tal, podem desaparecer mediante a ação humana no sentido da transformação dessas relações; onde está sugerido que no jogo político não importam os partidos, diga-se que os partidos representam interesses específicos de grupos e classes *etc.*

Enfim, retomando as nossas considerações iniciais, que nos levaram à formalização da questão: “estaria a Rede Globo deixando de ser um veículo midiático a serviço (exclusivamente) dos interesses das classes dominantes brasileiras e se tornando um veículo a serviço de uma compreensão crítica da (trágica) realidade desta sociedade e, quiçá, um veículo potencializador da emancipação dos setores historicamente marginalizados dessa mesma sociedade?”, concluímos pela seguinte resposta: a Globo (não tão obviamente, agora), continua a serviço dos interesses dos grupos dominantes, sendo que agora, pela tática da codificação negociada, ela exerce um trabalho de “cooptação” dos discursos potencialmente críticos, presentes na atual sociedade brasileira, assimilando-os e imprimindo-lhes um “sentido último” (conotação) coerente com as visões de mundo (mapas de sentido) dos dominantes, atenuando, assim (atribuindo-lhes um lugar marginal, restrito, no discurso), o seu potencial de radicalidade, no sentido de ir à raiz da questão, que é a superação da “pseudoconcreticidade” (senso comum) e a conseqüente compreensão da “concreticidade” (estrutura fundante da realidade).



Quanto a M.V. Bill, este fez uma outra aparição recente na Globo. Agora, cantando um rap sobre jovens de periferia, na edição de dois mil e seis da campanha intitulada “Criança Esperança”, onde esta rede de TV propõe reduzir o problema do alto contingente de crianças brasileiras socialmente “excluídas”, pela via da “caridade”, da doação de dinheiro, por parte de cidadãos brasileiros, à referida campanha...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; v.1)*. 3. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FRASER, Nancy. *Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista*. In SOUZA, Jessé (org.). *Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora Unb, 2001.

HALL, Stuart. *Codificação/Decodificação*. In *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 2 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

## VÍDEO

M.V.Bill & Tayde. *Falcão: Meninos do Tráfico*. São Paulo: Central Única das Favelas, 2006.